



**EIXO TEMÁTICO:**

- |   |   |  |
|---|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Ambiente e Sustentabilidade | <input type="checkbox"/> Crítica, Documentação e Reflexão | <input type="checkbox"/> Espaço Público e Cidadania          |
| <input type="checkbox"/> Habitação e Direito à Cidade           | <input type="checkbox"/> Infraestrutura e Mobilidade      | <input type="checkbox"/> Novos processos e novas tecnologias |
| <input type="checkbox"/> Patrimônio, Cultura e Identidade       |   |  |

## **O discurso ambientalista e a mercadoria da paisagem: papéis dialéticos assumidos pelas áreas naturais no processo de organização espacial da cidade capitalista**

*Environmental discourse and merchandise landscape: dialectical features of the natural spaces in the spatial organization of the capitalist city*

*El discurso ambiental y la mercancía del paisaje: funciones dialécticas asumidas por las áreas naturales en el proceso de organización espacial de la ciudad capitalista*

CARVALHO, Rubens Moreira Rodrigues de (1)

(1) Doutorando, Universidade Federal Fluminense, UFF-PPGAU, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Niterói, RJ, Brasil; email: rubens.mrc@hotmail.com

## **O discurso ambientalista e a mercadoria da paisagem: papéis dialéticos assumidos pelas áreas naturais no processo de organização espacial da cidade capitalista**

*Environmental discourse and merchandise landscape: dialectical features of the natural spaces in the spatial organization of the capitalist city*

*El discurso ambiental y la mercancía del paisaje: funciones dialécticas asumidas por las áreas naturales en el proceso de organización espacial de la ciudad capitalista*

### **RESUMO**

A paisagem na cidade contemporânea aparece como reflexo da lógica capitalista que coordena as ações do homem sobre a natureza. Nessas cidades, os problemas do espaço urbano estão vinculados à sua própria organização espacial, contribuindo para uma ruptura funcional entre o espaço natural (não ocupado) e o urbano (ocupado). Neste trabalho, pretendemos reavaliar a forma como o sistema capitalista conduz a produção do espaço urbano e explora o espaço natural como uma mercadoria de consumo. O objetivo é promover novas reflexões sobre as atividades de preservação ambiental, a partir das possibilidades de integração de práticas sociais com o uso sustentável dos recursos naturais.

**PALAVRAS-CHAVE:** cidade capitalista, áreas naturais, paisagem urbana, sustentabilidade

### **ABSTRACT**

*The concept of landscape in contemporary cities appears as a reflection of capitalist system. In these cities, urban problems are connected with the processes of spatial organization, increasing the functional rupture between urban and natural space. In this paper, we intend to re-evaluate how the capitalist system mediates the construction of urban space and explores the natural space as consumer commodity. Our objective is bring new forms to look the environmental preservation activities, through the integration of social practices with sustainable use of natural resources.*

**KEY-WORDS:** capitalist city, natural space, urban landscape, sustainability

### **RESUMEN**

*El concepto de paisaje en la ciudad contemporánea se asocia con la lógica del sistema capitalista. En estas ciudades, los problemas del espacio urbano están vinculados a su propia forma de organización espacial, contribuyendo a la interrupción funcional entre los espacios urbanos y naturales. En este trabajo, tenemos la intención de revalorar cómo el sistema capitalista coordina la construcción del espacio urbano y utiliza el espacio natural como una mercancía de consumo. Nuestro objetivo es aportar nuevas maneras de ver las actividades de conservación del medio ambiente, a través de la integración de las prácticas sociales con el uso sostenible de los recursos naturales.*

**PALABRAS-CLAVE:** ciudad capitalista, espacios naturales, paisaje urbano, sostenibilidad



## **1 A PAISAGEM E A AÇÃO HUMANA: A VISÃO DA GEOGRAFIA HUMANA E CULTURAL**

Para compreendermos melhor a paisagem urbana precisaremos primeiro retomar aspectos da própria conceituação da paisagem. A fundamentação do conceito, que envolve definições de espaço e lugar, marca presença em diversos campos disciplinares, com destaque para a geografia e suas correntes de pensamento. Embora seja um termo polissêmico, não pretendemos debatê-lo em toda a sua abrangência, pois a paisagem que nos interessa no momento é aquela que representa as ações do homem sobre o espaço.

Daremos maior ênfase, portanto, para as correntes culturalistas e humanistas da geografia, pois são áreas que, com apoio das ciências sociais, consideram as práticas humanas na construção da paisagem. Sauer (1983), por exemplo, apontado como precursor da geografia cultural, defende que a compreensão da paisagem requer uma avaliação crítica da relação do homem com o ambiente por ele formatado e transformado em habitat. Desse modo, o autor reafirma a influência da cultura humana na construção do espaço representado por essa paisagem, denominando-a, inclusive, de paisagem cultural (HOLZER, 1996, p:137).

Meinig (2003), outro autor da corrente culturalista, indica que há um sentido de significado por trás da paisagem que deve ser melhor avaliado. Segundo o autor, ainda que a sua imagem permaneça inalterada, sua percepção pode variar conforme a interpretação de cada indivíduo a observá-la. Com isso, estamos ressaltando a importância do significado para a construção da paisagem e para a formação de um espaço com identidade.

[os] fatos adquirem significado somente a partir de associações, eles precisam ser ajustados uns aos outros de acordo com um corpo coerente de idéias. Deste modo, nos confrontamos com o problema principal: qualquer paisagem é composta não apenas por aquilo que está à frente de nossos olhos, mas também por aquilo que se esconde em nossas mentes (MEINIG, 2003, p:35).

Essa condição do significado, de uma imagem mental que interpreta a paisagem, colabora de um modo particular para a estruturação do espaço urbano, com base em sentimentos de preferência e desejo, conforme veremos mais à frente. Na análise de Meinig, esse caráter variável da paisagem representa também uma forma de ampliar a compreensão do próprio conceito, estabelecendo, pelo menos, “dez versões da mesma cena”<sup>1</sup>.

A “paisagem como natureza”, por exemplo, é aquela que representa a expressividade do meio natural, onde o homem é minúsculo, superficial e efêmero, e todo observador é tentado a removê-lo da cena, restaurando a imagem da natureza primitiva. Enquanto que a “paisagem como habitat” é aquela que deve ser compreendida como “uma porção da Terra enquanto Lar do Homem” ou, em outras palavras, a ação do homem domesticando a Terra (Ibidem, p:36).

Meinig argumenta, entretanto, que essas conceituações da paisagem não devem ser avaliadas de modo isolado, pois correspondem à interpretações possíveis de uma mesma (e única) cena. A corrente humanista da geografia, segundo Holzer (2000), defende uma compreensão semelhante, indicando que a paisagem deve ser analisada dentro de seu contexto social e cultural, uma vez que representa a expressão física da ação do homem sobre a natureza, também entendida como o processo físico e cultural de formatação da Terra.

Para Holzer (1996), essa visão humanista deriva, fundamentalmente, de dois momentos da obra de Yi-Fu Tuan. Primeiro, quando Tuan (1961), com base na obra poética de Gaston

---

1 “O olho que observa: dez versões da mesma cena” é o título do trabalho publicado originalmente por Meinig em *Landscape Architecture* (1976).

Bachelard, propõe um pensamento geográfico dedicado ao estudo do amor do homem pela natureza, denominado por ele de “topofilia”. E depois, quando Tuan (1974) sugere uma orientação mais humanista para a geografia, propondo a leitura dos temas geográficos a partir de um ponto de vista crítico e filosófico na avaliação dos fenômenos humanos.

A geografia humanista, sobre essas bases, defende o estudo da paisagem a partir das relações do homem (sociedade) com a natureza (espaço), incluindo o estudo das vivências e das relações socioculturais presentes nas transformações do território. Desse modo, a paisagem (em especial a urbana) passa a incorporar representações da lógica econômica que domina a organização social e a produção espacial das cidades. Cosgrove (1983), inclusive, chega a relacionar conceitos da geografia humanista com conceitos marxistas, para fundamentar uma corrente de pensamento mais ajustada à realidade das cidades, definida por ele como uma “geografia cultural radical”.

Se uma geografia humanista toma a cultura como centro de seus objetivos, isto é, compreender o mundo vivido dos grupos humanos, uma geografia marxista precisa reconhecer que o mundo vivido, ainda que simbolicamente constituído, é material, e não deve negar a sua objetividade (COSGROVE, 1983, p:1).

Concluimos, diante disso, que a paisagem da cidade, que inclui áreas naturais e áreas urbanas em uma mistura coesa e difusa, se expressa como o resultado mais emblemático das ações do homem sobre o seu meio. Com isso, para avaliar em que condições essas ações são realizadas, precisaremos obter um maior esclarecimento a respeito da lógica capitalista que conduz as práticas sociais e domina a produção espacial das cidades contemporâneas.

## **2 A PAISAGEM URBANA E A LÓGICA CAPITALISTA: A CIDADE COMO MERCADORIA**

A paisagem urbana, portanto, é a principal expressão das relações sociais em sua dimensão espacial. Nesse sentido, para compreendê-la devemos considerar, conforme ressaltado por Carlos (2011), as associações existentes entre as práticas da cultura humana e o espaço por ela produzido. Quando Marx e Engels<sup>2</sup> analisam essa relação, segundo a autora, eles indicam que:

[...] a primeira condição da história é manter os homens vivos e a segunda é assegurar a sua reprodução. Podemos dizer que esse processo acontece numa relação dialética sociedade-natureza em que cada elemento se transforma no outro e pelo outro, produzindo assim a vida e o espaço, ambos com criação real (Ibidem, p:63).

A produção do espaço, e em especial a produção do espaço urbano, portanto, incorpora as características dos diferentes contextos sociais e culturais que abriga. Como essa produção também está ligada à lógica econômica dominante, o espaço produzido torna-se um retrato dessa influência. Nesse contexto, as relações do homem com seu meio e a própria organização socioespacial das cidades passam a ser subordinadas aos interesses do capital, com isso, o espaço resultante passa a representar também os conflitos urbanos, sociais e ambientais inerentes a essa relação.

Carlos (2011, p:60) indica ainda que, na formação do pensamento geográfico sobre o mundo moderno, houve um momento de passagem da noção de “organização do espaço” para a de “produção do espaço”, que “permitiu pensar o espaço como mercadoria, como consequência de sua produção”. Para a autora, “o espaço tornado mercadoria sob a lógica do capital fez com que o uso (acesso necessário a realização da vida) fosse redefinido pelo valor de troca”.

---

2 Essa passagem está no livro denominado “A ideologia alemã” (1846).

Sobre essa perspectiva, que marca o domínio das relações de mercado sobre a produção espacial das cidades, ocorrem grandes transformações no território. Abreu (2006) expõe o caráter expropriatório dessa relação quando indica que, na evolução urbana do Rio de Janeiro, as práticas sociais se somaram às ações do capital público e privado para orientar um conjunto de intervenções espaciais de grande impacto. Segundo o autor, não foram modificados apenas os limites do território ocupado, a própria paisagem da cidade foi alterada com o desmonte de relevos, a construção de aterros, as remoções, os reassentamentos e demais intervenções que visavam definir uma nova espacialidade e viabilizar a sua subsequente mercantilização.

A partir disso, segundo Sant'Anna (2003, p:94), ganham importância as “relações de produção, consumo, troca e poder que se manifestam no ambiente urbano”. Para Castells (1977), essas relações determinaram a formação de uma cultura própria das sociedades capitalistas, associando o espaço urbano à reprodução e ao consumo coletivo e afirmando a lógica do capital como principal determinante da constituição social e espacial das cidades.

A cidade, sobre essa ótica, foi transformada em uma mercadoria de consumo. Nesse cenário, há uma ruptura funcional entre áreas naturais e urbanas que pode ser percebida como um interesse e também como uma consequência dos processos de valorização do solo urbano, conforme será destacado a seguir.

### **3 RUPTURA FUNCIONAL, FRAGMENTAÇÃO ESPACIAL, ESPECULAÇÃO DO SOLO URBANO E A PAISAGEM COMO MERCADORIA**

Como visto, a paisagem da cidade contemporânea reflete a lógica capitalista que domina as ações do homem sobre a natureza. Nesse contexto, as áreas naturais, protegidas ou não por instrumentos legais, exercem papel importante na organização do espaço urbano. Enquanto a urbanização se intensifica de forma contínua e indefinida, as áreas naturais buscam resguardar os vestígios de uma diversidade ambiental que outrora dominou a paisagem de nosso território. Essa relação dialética, entre preservação e apropriação, merece agora ser um pouco mais aprofundada.

#### **Ruptura Funcional**

Devemos questionar, primeiramente, quais são as funções das áreas naturais na estrutura espacial das cidades: porquê e para quê elas estão ali? Essa indagação pode trazer ao debate pelo menos duas perspectivas diferentes: uma mais ligada ao papel que ideologicamente as áreas naturais poderiam assumir (que tem relação com os ideais ambientalistas, de preservação dos recursos) e a outra em função do modo como a própria sociedade percebe as áreas naturais no ordenamento da forma urbana.

Ainda que a interpretação social apresente variações indeterminadas, podemos dizer que ambas as perspectivas identificam as áreas naturais como um espaço segregado dos demais espaços das atividades humanas. Seja enquanto área a ser resguardada ou enquanto elemento de composição (ornamentação) da forma urbana, dentre outras possibilidades, o certo é que elas indicam uma ruptura funcional determinada: o lugar do homem e o lugar da natureza.

Há, portanto, uma ordem implícita que define as áreas urbanas como o espaço de ação do homem e as áreas naturais como o espaço da não-ação, da contemplação, da natureza a qual o homem deixou de pertencer. Se analisarmos a constituição socioespacial das cidades contemporâneas sobre essa perspectiva, vamos perceber que poucas ações demonstram a

preocupação de integrar práticas sociais e medidas de preservação dos recursos naturais. A apropriação sustentável dos recursos naturais dentro da forma urbana, a partir da coexistência harmônica entre ambos, é praticamente uma utopia contemporânea.

Sem a integração, o que predomina é essa ruptura funcional, colaborando para a realização de outras subsequentes formas de apropriação das áreas naturais sobre a lógica capitalista, que favorecem a maximização dos lucros a partir de expropriações do território e a consequente disseminação dos conflitos socioambientais.

### **Fragmentação Espacial**

Segundo Corrêa (1995, p:35), durante a organização do espaço o homem estabeleceu um conjunto de práticas, denominadas por ele de “práticas espaciais”, através das quais podem ser “criadas, mantidas, desfeitas e refeitas as formas e as interações espaciais”, com base nos padrões culturais de cada sociedade e de acordo com as técnicas disponíveis em cada momento. São essas práticas espaciais, portanto, que acabam definindo as formas de inserção das áreas naturais na estrutura funcional e espacial urbana.

Nesse processo, as áreas naturais podem assumir, por exemplo, a função de uma espécie de “barreira”, duplamente interpretada. Podem formar barreiras para o capital, impedindo a sua reprodução em determinadas áreas, ou barreiras físicas, promovendo quebras na continuidade espacial das áreas urbanas. Em ambos os casos, a característica é de área não ocupada, que mantém, mesmo que de modo relativo, a sua integridade física e impede a livre espacialização da ocupação sobre o território. Quando isso ocorre, as áreas naturais acabam contribuindo para uma excessiva separação das partes da cidade, evidenciando as descontinuidades da forma urbana e a percepção de um espaço fragmentado.

Os espaços fragmentados, segundo Corrêa (1995, p:37-39), facilitam as ações do capital na configuração do território, permitindo a atuação de uma dimensão política que leva a diferentes formas de controle sobre a sua ocupação. Essa fragmentação, descrita pelo autor como a divisão do espaço em unidades territoriais, favorece também a ação de antecipação espacial, a partir de uma determinada reserva de território (reserva de valor), como forma de garantir para o futuro o controle de uma dada organização espacial. É através dessa antecipação que os investidores conseguem manter, via ampliação do espaço de atuação, suas possibilidades de realização do capital.

As áreas naturais, por se constituírem em áreas não ocupadas, acabam favorecendo as ações de antecipação. Como normalmente não há um uso cotidiano para essas áreas nas cidades, o mercado passa a buscar duas possibilidades para elas: o uso presente, caracterizado pela não ocupação e pela reserva de valor; e o uso futuro, caracterizado pela ampliação do espaço de atuação e pela realização do capital. No decorrer desses processos, no entanto, ainda podem ser percebidas outras formas de apropriação mercantilista das áreas naturais.

### **Especulação do Solo Urbano**

Como há forte influência da lógica capitalista sobre a organização socioespacial das cidades, grande parte das transformações urbanas contemporâneas, que em teoria deveriam ser orientadas por diretrizes multidisciplinares, acabaram sendo realizadas a partir das demandas dos empreendedores ligados ao mercado imobiliário. Podemos dizer que a cidade, como um todo, foi transformada em mercadoria, e suas partes ficaram sujeitas às ações especulatórias.

Segundo Santos Júnior (2011), a moradia e o solo urbano podem ser consideradas mercadorias especiais nesse contexto, assumindo tanto valor de troca, quanto valor de uso. Para o autor, é essa condição que acaba permitindo a especulação do solo urbano, a partir da não utilização de imóveis com valor de uso, em função da valorização do seu valor de troca. As áreas naturais, no entanto, por não serem ocupadas e nem associadas às práticas sociais cotidianas, acabam não apresentando valor de uso. Nesse sentido, poderiam também não apresentar valor de troca, uma vez que costumam ser, inclusive, protegidas por instrumentos legais específicos, mas essa não é a realidade observada.

O que se percebe é que, mais cedo ou mais tarde, as áreas naturais acabam sofrendo pressão por parte dos interesses capitalistas que regem o mercado imobiliário. Ainda que, num primeiro momento, essas áreas consigam se consolidar como barreiras para a ocupação, num segundo momento, quando a ocupação urbana estiver consolidada em seu entorno, forças externas (políticas e econômicas) passarão a atuar para que seus limites sejam revistos ou, ao menos, deixem de restringir a ocupação. Quando essas pressões dão resultado, as áreas naturais assumem o seu valor de troca e passam a ser consideradas, então, reservas de valor.

Figura 01: Implantação do empreendimento em área de reserva ambiental.



Fonte: O Globo, 2014.

O caso do campo de golfe olímpico, proposto para ocupar uma área de reserva da vegetação de restinga na Barra da Tijuca (RJ), é um exemplo que confirma essa lógica. Com sua mata nativa em estado degradado, a área territorial ainda hoje preservada (constante do Plano Piloto original de Lúcio Costa, do final da década de 1960, como área de reserva ambiental) servirá para a implantação do campo de golfe que será utilizado nas Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro. Sua construção, no entanto, prevê também a implantação de pelo menos 4 blocos de apartamentos<sup>3</sup>, autorizados legalmente como contrapartida para o investidor privado que viabilizará a transformação da reserva no equipamento olímpico. A área de reserva ambiental

<sup>3</sup> Na primeira fase serão erguidos 4 blocos de apartamentos com 20 pavimentos. Na segunda fase, após a Olimpíada de 2016, parte do campo de golfe dará lugar a novos blocos. Cabe destacar que, paradoxalmente, o empreendimento possui pré-certificado do LEED (*Leadership in Energy and Environmental Design*), um conceituado selo internacional de compromisso ambiental.

propriamente dita será reduzida e ficará às margens destes empreendimentos, atuando como pano de fundo e como elemento de amortecimento entre a ocupação e as áreas naturais remanescentes no entorno.

Figura 02: Plano conceitual do campo de golfe olímpico.



Fonte: Rio 2016 (site oficial), 2014.

Esse caso aponta também para uma outra forma de apropriação mercantilista das áreas naturais. Quando as forças do capital se encontram com sistemas político-administrativos levemente ou coniventes, instala-se um discurso dialético que é, ao mesmo tempo, permissivo, diante da apropriação das áreas naturais para a qualificação da moradia das elites, e omissivo, quando as classes mais baixas buscam ocupar de forma irregular e arriscada as encostas ou demais áreas “desocupadas” das cidades. Esse processo, característico de cidades com estrutura social polarizada, acentua ainda mais a segregação social e os subsequentes conflitos socioambientais do espaço urbano.

No caso das elites, em especial, existe ainda uma outra forma de apropriação comercial da imagem das áreas naturais. Em cidades como o Rio de Janeiro, onde o espaço urbano se funde e se confunde com os elementos naturais, esse tipo de ação é bastante evidente.

### A Paisagem como Mercadoria

Essa visão da paisagem como riqueza está, sem dúvida, profundamente enraizada na ideologia americana e reflete seus valores culturais. Ela representa a aceitação geral da ideia de que a terra é primeiramente uma forma de capital, e só secundariamente o lar ou uma herança familiar. Toda essa terra, todos os recursos poderão ser vendidos em algum momento se o preço for justo. Esta especulação com a terra é uma maneira honrosa de se ganhar dinheiro.



Tal visão é uma marca clara de uma sociedade que é profundamente comercial, pragmática e quantitativa em seu pensamento, e a própria paisagem deve refletir em si mesma tais características (MEINIG, 2003, p:41).

Em determinadas situações, durante a construção socioespacial das cidades, as áreas naturais podem assumir a função de qualificar a paisagem. Por conta da beleza e das particularidades de seus atributos, elas podem compor, intencionalmente, uma espécie de moldura para o “cenário” em formação. Isso ocorre porque, mesmo quando resguardadas ou às margens da ocupação, as áreas naturais compõem com as áreas urbanas uma imagem única, que representa a paisagem da cidade.

Nesse processo, as áreas naturais não atuam apenas passivamente. Uma vez que apresentam características físicas e bioclimáticas que despertam o interesse social, elas podem, com frequência, induzir ou direcionar a ocupação. A atração do homem pelos elementos da natureza, tem relação com processos históricos e culturais de formação da vida humana em sociedade. O encantamento do homem pela imagem mítica de uma natureza em estado primitivo, da qual ele próprio é oriundo, nasceu junto com a nossa espécie e ainda hoje tem representações na construção socioespacial do território.

Segundo Macedo (1993), as sociedades procuram se aproximar da natureza para criar uma ambiência mais favorável ao seu bem-estar. Para o autor, a imagem idealizada da natureza enquanto éden (paraíso) acabou motivando, por exemplo, a ocupação inicial de inúmeras cidades no litoral brasileiro. O grande atrativo desse tipo de ocupação, no entanto, não tem relação com os ideais sustentáveis de um convívio harmônico com a natureza, o que as sociedades realmente buscam nessa aproximação é o usufruto dos atributos naturais como elementos capazes de compor uma imagem qualificada para a moradia.

Nesse sentido, há diferentes contribuições para a construção do espaço humano. Primeiro, porque as áreas naturais (não ocupadas) colaboram para a manutenção da privacidade social e da vista livre das construções em seu entorno. Depois, porque há uma qualificação efetiva do ambiente a partir dos recursos naturais disponíveis, proporcionando, por exemplo, conforto térmico, proteção solar e redução dos níveis de poluição. Como resultado, as áreas naturais contribuem para a formação de uma espécie de imagem de desejo social e para o estabelecimento de locais preferenciais ou de excelência para a implantação das moradias.

O problema, no entanto, é que, como as cidades se ajustam à lógica do capital, ocorre uma consequente sobrevalorização econômica do solo urbano nas imediações de áreas naturais com relevante interesse paisagístico. Como a imagem formada nesses locais exerce atração na sociedade, a partir de sentimentos inconscientes como bem-estar, tranquilidade, conforto ou beleza, por exemplo, o seu valor de troca acaba superando o seu valor de uso.

Esse tipo de influência sobre a organização socioespacial do território, onde se assume a preferência social por determinadas áreas, é chamada por Corrêa (1995, p:36) de seletividade espacial. Segundo o autor, a seletividade é uma prática espacial geral, comum a todos os tipos de sociedade, e desempenha um papel crucial na diferenciação social das cidades. Com a paisagem urbana sendo qualificada pelas áreas naturais, cria-se uma imagem que pode ser associada a valores imateriais, como calma, segurança e afetividade, entre outros, para assumir, assim, a condição da preferência. A partir dessa preferência, constroem-se imagens de desejo que, sobre a lógica capitalista, transformam-se em desejos de consumo e passam a ser direcionadas para as classes sociais que possuem os meios financeiros para arcar com suas

vontades. Com isso, inaugura-se uma forma de apropriação mercantilista da paisagem que, sobre certos aspectos, tem relação com as seguintes interpretações de Meinig (2003).

O autor caracteriza a “paisagem como artefato” (Ibidem, p:38) como aquela na qual as pessoas vêm primeiramente, e sempre, a marca do homem em tudo. A natureza serve apenas de suporte e a imagem é um resultado direto da ação humana. São as árvores plantadas, os parques projetados, os rios canalizados, os aterros, os recortes no relevo e tudo mais que representar a mão do homem transformando a paisagem em um “artefato”.

Fala também da “paisagem como riqueza” (Ibidem, p:41), como aquela a qual é possível atribuir valor monetário. Essa seria uma visão de futuro, do especulador, daquele que possui uma perspectiva mais abrangente, indicando que “tudo tem ou gera valor na economia de mercado”. Seria uma visão mais penetrante, como a do observador que ao olhar uma casa enxerga além da fachada, compreendendo que ali existem relações, como a metragem quadrada, o número de cômodos e a localização, entre outros atributos, que podem ser traduzidas em valores.

Partindo dessas definições de Meinig e considerando a apropriação das áreas naturais a partir da formação de imagens de desejo, é possível adicionar à análise mais uma interpretação: a que define a “paisagem como mercadoria”. Sobre o contexto da lógica capitalista, a paisagem passou a ser considerada um produto, um item que pode ser somado à piscina ou à vaga de garagem, por exemplo, para qualificar economicamente o empreendimento. Sua função, enquanto mercadoria, é contribuir para a comercialização do solo urbano, através de uma relação expropriatória que utiliza as qualidades da paisagem como vantagem no mercado, sem dar importância aos possíveis conflitos socioespaciais que o uso comercial e insustentável dos recursos naturais pode provocar.

#### **4 EM BUSCA DE UMA CONCLUSÃO: A CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL DA PAISAGEM É POSSÍVEL?**

A questão ambiental, [...] na sua evolução teórica e prática, incorpora a questão urbana, embora por diversas vezes, e ao longo da trajetória histórica das cidades e das suas representações sociais, a natureza tenha sido considerada algo a parte, estranha e antagônica, algo a ser escondido ou modificado, algo a ser destruído ou desnaturalizado. Hoje, diante da dimensão e complexidade que assumiram os problemas socioambientais, a questão urbana é percebida, cada vez mais, na sua estreita relação com a natureza e não na sua dissociação. Isto implica, sem dúvida, uma revisão profunda no modo de pensar, planejar e executar políticas públicas; no modo de produzir e reproduzir o espaço urbano, no modo de viver e conviver nas cidades (LIMA; RONCAGLIO, 2001, p:62).

Podemos dizer, por fim, que não há uma solução eficaz ou de ação imediata. Para modificar os paradigmas da produção e da reprodução socioespacial das cidades, conduzidos pela lógica do consumo, precisaríamos rever as bases políticas, sociais e econômicas que sustentam essas relações. Os movimentos ambientalistas, por exemplo, estão constantemente buscando novos meios para promover a importância da preservação e do uso sustentável dos recursos naturais.

O caminho da ruptura funcional, que determina o lugar do homem e o lugar da natureza, pode não ser o mais eficaz. Ao desnaturalizar o homem, o tornamos unicamente urbano. Ao definir o espaço natural como intocado, estamos renegando a importância desses recursos em nossas vidas. No outro sentido, quando as áreas naturais passam a fazer parte do cotidiano social,



umenta-se a sensação de pertencimento, de identificação a partir de um meio que é comum, que pode contribuir positivamente para a sua preservação.

O desafio, portanto, está na elaboração de propostas que consigam deixar o campo da utopia e comecem a dar caráter de realidade para a integração eficiente entre práticas sociais e a preservação dos recursos naturais. A intenção, por fim, não deve ser propor um novo conceito de sustentabilidade, mas ressaltar que existem formas mais adequadas para a aplicação dos ideais sustentáveis na formação do espaço urbano, bastante diferentes, inclusive, das que hoje são realizadas por aí.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Rio Prefeitura, 2006.
- CARLOS, A. F. A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011. p:53-74.
- CASTELLS, M. *La question urbaine*. Paris: Maspero, 1977.
- CORRÊA, R. L. Espaço, Um Conceito-Chave da Geografia. In: *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p:15-48.
- COSGROVE, D. E. *Towards a radical cultural geography: problems of theory*. Antipode, vol. 15, p:1-11, 1983.
- HOLZER, W. A Geografia Humanista: uma revisão. *Espaço e Cultura (UERJ)*, Rio de Janeiro, n.3, p:8-19, 1996.
- HOLZER, W. Memórias de Viajantes: paisagens e lugares de um Novo Mundo. *GEOgraphia (UFF)*, Niterói, n.3, p:111-122, 2000.
- LIMA, M. V.; RONCAGLIO, C. Degradação socioambiental urbana, políticas públicas e cidadania. *Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)*, Paraná, n. 3, p:53-63, jan./jun. 2001.
- MACEDO, S. *Paisagem, urbanização e litoral – do éden à cidade*. Tese de livre docência, São Paulo: FAUUSP, 1993.
- MEINIG, D. W. O olho que observa: dez versões da mesma cena (1976). Tradução de W. Holzer. *Espaço e Cultura (UERJ)*, Rio de Janeiro, n. 16, p:15-46, jul./dez. 2003.
- O GLOBO. *Infográficos*. 2014. Disponível em: <[www.oglobo.globo.com/infograficos/](http://www.oglobo.globo.com/infograficos/)>. Acesso em: 01 abr. 2014.
- RIO 2016 (Site Oficial). *Notícias*. 2012. Disponível em: <[www.rio2016.com/noticias/noticias/](http://www.rio2016.com/noticias/noticias/)>. Acesso em: 01 abr. 2014.
- SANT'ANNA, M. J. G. A concepção de cidade em diferentes matrizes teóricas das ciências sociais. *Revista Rio de Janeiro*, n. 9, p:91-99, jan./abr. 2003.
- SANTOS JUNIOR, O. A. A Produção capitalista do Espaço, os Conflitos Urbanos e o Direito à Cidade. In: *Políticas Públicas e Direito à Cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais e conselheiros municipais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011, p:67-74.
- SAUER, C. The morphology of landscape. In: *Land and life: a selection from the writings of Carl Ortwin Sauer*. Berkeley: University of California Press, p:315-350, 1983.